

# Governo já optou pelo expurgo dos índices mas ainda estuda o alcance

**Brasília**—O Governo já decidiu expurgar do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reajusta os salários, e do Índice Geral de Preços (IGP), que determina a inflação, os aumentos de preços considerados "acidentais" (como a queda na produção e menor oferta de hortigranjeiros para o Rio de Janeiro e São Paulo, em consequência das últimas chuvas, por exemplo), segundo revelou ontem um assessor do Ministro do Planejamento.

Ainda está em estudos, sem um consenso dentro da área econômica, o expurgo sobre o INPC e sobre a correção monetária dos aumentos de preços decorrentes da retirada do subsídio ao consumo (trigo, petróleo e açúcar), acrescentou o informante. Na próxima segunda-feira, o Ministro Delfim Neto receberá uma versão completa do novo pacote e o submeterá ao crivo do Presidente Figueiredo.

## Macedo acha perverso

[O Ministro do Trabalho, Murilo

Macedo, declarou-se, em São Paulo, contrário à livre negociação salarial, por enquanto. "Agora ela seria danosa para os trabalhadores e só beneficiaria aqueles ligados a sindicatos com grande poder de pressão", afirmou. A livre negociação e as consequências do expurgo no INPC foram os temas do almoço do Ministro, com o empresário Mário Garnero. Os dois concordaram em um ponto: a desindexação da economia não deve começar pelos salários. "Desindexar salários é perverso", disse Murilo Macedo.]

## Inflação preocupa

Um assessor da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) informou que a retirada parcial dos subsídios concedidos atualmente ao trigo foi adiada para julho. A decisão, segundo explicou, teve o objetivo de evitar uma pressão adicional dos preços sobre os índices inflacionários, já que a inflação de junho terá um aumento dire-

to de até 2%, em decorrência do reajuste de 45% nos preços dos combustíveis, em vigor desde a semana passada.

Está cada vez mais remota a possibilidade de o Governo retornar ao controle de preços via Conselho Interministerial de Preços (CIP), conforme o próprio Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Milton Dallari, admitiu na semana passada. A idéia de rever a portaria 13, que limita em 90% da correção monetária os aumentos mensais de preços, pode acabar no arquivo pessoal do Ministro Delfim, comentou um assessor seu, ontem à noite.

De qualquer forma, a SEAP elaborou uma alternativa fixando reajustes trimestrais para os preços industriais (lista aproximada de 280 produtos) com base na variação de 80% do INPC. Outra versão mantém os mesmos 80%, mas estabelece como parâmetro do aumento a variação trimestral das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).